

## **Planejamento, Gestão e Apropriação dos espaços: praças de Patos de Minas (1960-2010)**

*Planning, management and appropriation of spaces: squares of Patos de Minas (1960-2010)*

**Fernando Kennedy Braga Oliveira**

Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo (UNIPAM).

E-mail: fernandobraga00@live.com

**Roberto Carlos dos Santos**

Professor orientador (UNIPAM).

E-mail: profrcsantos@unipam.edu.br

---

**Resumo:** Este artigo pretende apresentar fatos históricos, questões sociais e de planejamento urbano referente a algumas praças da cidade de Patos de Minas-MG. Para tal objetivo, baseia-se em referências tanto de autores que se ocuparam em estabelecer uma história global, nacional e regional desses espaços, quanto em pesquisadores que problematizaram a questão das praças como lugar de socialização, e sua relação com o contexto urbano contemporâneo (político-econômico). Nesse sentido, após as discussões teóricas que avaliam de forma consistente o tema, buscou-se fazer uma análise incipiente de algumas praças da cidade de Patos de Minas. Dessa maneira, tendo como fundamento as observações e comparações devidamente realizadas, este trabalho procurou, por fim, contextualizar as múltiplas possibilidades de representação que as praças, enquanto espaço público e de sociabilidade, permitem aos usuários, transeuntes, estudiosos etc. no meio urbano da cidade em questão.

**Palavras-chave:** Cidade. Patos de Minas. Praças. Planejamento Urbano.

**Abstract:** This article aims to present historical facts, social issues and urban planning related to some squares of Patos de Minas-MG. For this goal, we based on references from authors who have worked on establishing a global, national and regional history of these spaces, as well as on researchers who have problematized the question of squares as a place of socialization and their relation with the contemporary urban context (political-economic). In this sense, after the theoretical discussions that consistently evaluate the theme, we sought to make an incipient analysis of some squares in the city of Patos de Minas. Thus, based on observations and comparisons duly carried out, this work sought, finally, to contextualize the multiple possibilities of representation that the squares, as public space and sociability, allow users, passersby, scholars, etc. in the urban area of the city in question.

**Keywords:** City. Patos de Minas. Squares. Urban Planning.

---

## 1 INTRODUÇÃO

*Depois é o padre, a capela,  
Santo Antônio dentro dela.  
Depois... é Patos de Minas.*

*(Altino Caixeta de Castro, Leão de Formosa, 1916-1996)*

O recorte espacial selecionado para esta pesquisa é a cidade de Patos de Minas, localizada no estado de Minas Gerais e situada em setor intermediário às regiões do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. O município possui população estimada em 2015 de 148.762 habitantes, ocupando uma área territorial de 3.189 km<sup>2</sup> e com uma densidade demográfica de 43,49 hab/ km<sup>2</sup>, segundo informações do IBGE.<sup>1</sup> Patos de Minas faz parte da microrregião do Alto Paranaíba, que conta com um total de 10 municípios.

O período delimitado para a pesquisa é compreendido entre os anos de 1960 e 2010, época em que a população do município<sup>2</sup> de Patos de Minas passa de 72.839 habitantes (IBGE) para 138.710 habitantes (Censo Demográfico IBGE, 2010). Nota-se que houve uma alteração populacional bastante substantiva, fato que reforça as necessidades de pesquisas acadêmicas que tenham como objeto o referido recorte temporal, bem como as temáticas ligadas ao processo de urbanização de Patos de Minas. A pesquisa reconhece o planejamento urbano em suas potencialidades políticas e também de politização, de forma a fazer emergir reflexões sobre a tessitura da cidade, a partir dos usos e apropriações que a população faz dos espaços reconhecidos como praças. São estas, em muitos casos, que dão sentido ao território, contribuem sobremaneira para a consolidação de identidades e atuam como arenas onde dão-se as mais diferentes disputas simbólicas e materiais. Também deve-se identificar a luta pela hierarquização dos mais distintos espaços urbanos e nas mais variadas épocas. Muda-se a cultura, mudam-se as funções dos espaços mais significativos das cidades. Dentro dessa dinâmica, é preciso recuperar o papel do cidadão como habitante da cidade, indevidamente transformado em transeunte, passante, um ser que atravessa, mas não pratica o espaço e degrada-se como passageiro (SALGUEIRO, 2001, p. 13).

A problemática dos espaços de uso coletivo dentro dos aglomerados urbanos é um tema que tem instigado pesquisadores no universo acadêmico, de forma a possibilitar uma formação profissional mais crítica e politizada<sup>3</sup>. Autores como Manuel

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314800>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

<sup>2</sup> A adoção de informações referentes ao município (o que compreende tanto a sede como os distritos) foi realizada em decorrência da falta de dados demográficos da cidade de Patos de Minas com respeito ao ano de 1960.

<sup>3</sup> A associação entre meio acadêmico e política faz referência aos estudos sobre o meio urbano que relacionam a cidade (meio urbano), e suas formas e processos, a situações políticas (e econômicas).

Castells<sup>4</sup>, Marcelo Lopes de Souza<sup>5</sup> e Ermínia Maricato<sup>6</sup> apresentam trabalhos que mostram as diversas relações entre a maneira organizacional da sociedade, nos âmbitos político e econômico, e a forma de consolidação das cidades nos seus aspectos de distribuição espacial, divisão de classes, setorização e organização urbana. Nesse contexto, é condição *sine qua non* o esclarecimento de conceitos importantes, como “cidade” e “urbano”, para a discussão sobre alguns dos elementos constituintes dos meios urbanos como, por exemplo, as praças.

Benevolo (2003), reconhecido historiador da arquitetura italiana, e Castells (2014), sociólogo espanhol estudioso das sociedades em rede, conceituam “cidade” como o aglomerado humano, onde as indústrias e os serviços já não são executados pelas mesmas pessoas que cultivavam a terra, mas por outras que não têm essa obrigação. Nesse sentido, infere-se que a representação da cidade está vinculada, desde o princípio, à mudança de gestão dos processos de produção e distribuição de mercadorias<sup>7</sup>, em contraste com o modo de organização antes “rural”. Na mesma perspectiva, Castells (2014) aprofunda essas ideias e apresenta uma visão sobre a cidade que relaciona a sua forma espacial a processos iniciais de industrialização e dominação. Assim, esse espaço organizado é uma representação<sup>8</sup>, historicamente

---

<sup>4</sup> Manuel Castells, catedrático de sociologia e planejamento urbano e regional da Universidade da Califórnia, Berkeley, desde 1979. Foi professor na École Pratique des Hautes Études em Sciences Sociales em Paris, catedrático e diretor do Instituto de Sociologia de Novas Tecnologias da Universidade autônoma de Madri, professor do Conselho Superior de Pesquisas científicas em Barcelona e professor visitante em 15 universidades da América Latina. Entre seus 20 livros publicados estão: *A teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo* (1979), *Cidade, Democracia e Socialismo* (1980), e *Questão Urbana* (2014). Seus trabalhos apresentam uma visão da cidade como um produto das relações sociais e econômicas estabelecidas entre seus habitantes (luta de classes) e os fenômenos político - econômicos (capitalismo, globalização, industrialização) mundiais.

<sup>5</sup> Marcelo Lopes de Souza é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD). Bacharel e Mestre em Geografia (UFRJ) e especialista em Sociologia Urbana (UERJ), fez doutorado em Geografia (área complementar: ciência política) na Alemanha (Universidade de Tübingem). Realizou estada em algumas universidades estrangeiras (na Inglaterra e na Alemanha). Publicou, entre outros livros, *O Desafio Metropolitano*, com o qual foi agraciado com o prêmio Jabuti 2001, na categoria Ciências Humanas e Educação. Seus estudos envolvem as questões urbanas ao planejamento e gestão das cidades.

<sup>6</sup> Ermínia Maricato é professora titular aposentada da Universidade de São Paulo e professora visitante do Instituto de Economia da Unicamp. Foi Secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (1989-1992). Foi coordenadora do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (1998-2002). Formulou a proposta de criação do Ministério das Cidades (2002) e foi sua secretária executiva (2003-2005). Criou o Laboratório de Habitação e Direitos Humanos (LABHAB) da FAUUSP.

<sup>7</sup> Castells (2014) afirma que “a cidade, portanto, não é um local de produção, mas de gestão e de domínio, ligado à primazia social do aparelho político-administrativo.”

<sup>8</sup> Para Maricato (2015), “é evidente que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel especial na construção da representação ideológica da cidade, destacando os espaços de distinção.”

consolidada<sup>9</sup>, de uma maneira de ordenação espacial baseada em valores que envolvem toda a complexidade das relações sociais como, por exemplo, as suas dimensões política e econômica. O conceito de “urbano”, por sua vez, defendido por Castells (2014), refere-se à concentração populacional em um espaço delimitado cujas relações sociais são mais complexas do que aquelas existentes nas cidades, com a diferenciação de classes sociais, a interdependência de regiões dentro de um mesmo aglomerado urbano e a hierarquização articulada entre os vários setores da rede urbana<sup>10</sup>. Portanto, “urbanização” é o processo pelo qual se inicia ou intensificam-se esses fenômenos citadinos.

A cidade possui espaços de uso onde a urbanidade pode se apresentar. Nesse contexto, a maneira como os locais são apropriados pelas pessoas e como as relações sociais são estabelecidas após essa apropriação é um fenômeno que gera alterações no tecido e na morfologia das cidades. Isso resulta na criação de centros urbanos, ou suburbanos, com características inerentes às populações que esses espaços abrigam. Os potenciais de ocupação dessas áreas passam, então, a ser qualificados de acordo com sua posição relativa dentro do contexto social da aglomeração urbana local.

Neste trabalho de pesquisa, os espaços públicos de maior relevância histórica, dentro das cidades historicamente analisadas, são as praças. Desde o início de seu surgimento, as praças configuram-se como pontos de centralidade urbana e de representação inquestionável dentro da cidade, enquanto produto de gestão, e do meio urbano, enquanto produto social. Seu uso sempre esteve ligado a questões culturais e político-administrativas, dentro das características de cada sociedade, variando historicamente no tempo e no espaço.

Embora a temática da revitalização dos espaços públicos como, por exemplo, as praças, seja uma discussão recorrente, os trabalhos que tratam de informações que conceituem ou problematizem esses espaços na perspectiva histórica e cultural no meio acadêmico são, ainda, muito escassos, realidade que torna esta investigação significativa no campo dos estudos de arquitetura e história urbana. Especialmente no Brasil, abordagens da história urbana dão preferência ao estudo das cidades num sentido mais amplo, em regra, discutindo aspectos ligados à ideia de modernidade e remodelação dos espaços citadinos inspirada nas reformas parisienses de caráter higienista do século dezanove, empreendidas pelo engenheiro e prefeito Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), entre os anos de 1853-1870.

## 2 AS PRAÇAS E A ESFERA PÚBLICA

Hannah Arendt (2007), na obra *“A condição humana”*, conceitua esfera pública como o meio onde são realizadas as interações humanas de partilha. Não que o público seja algo material, como um espaço aberto, e que a partilha seja necessariamente algo físico a ser dividido. O que é levado a público são as questões humanas que têm um caráter imortal, ou seja, que dizem respeito a todos aqueles que existem, que existiram e que irão existir. A partilha, por sua vez, trata das exteriorizações de aspectos

---

<sup>9</sup> Benevolo (2003).

<sup>10</sup> Castells (2014).

humanos que, ao se tornarem públicos, consolidam uma esfera relacional, a esfera pública.

A partir do conceito morfológico de Tenório (2009), é possível reconhecer as praças como espaços de uso público, pertencentes à cidade, que são caracterizadas por possuírem três dimensões, como comprimento, largura e altura, sendo esta última relacionada à percepção do frequentador. Além disso, as praças contêm “caminhos” delimitadores das áreas de fluxo ou permanência e apresentam-se como um espaço vazio no meio de uma vizinhança densa.

No âmbito discursivo, de acordo com Caldeira (2007, p. 15), o espaço público, genericamente, é o lugar de “domínio da esfera pública e da esfera privada”. Essa apropriação dualista, quando historicamente analisada, pressupõe que esse lugar é o palco de um movimento socioeconômico de implantação material, manifestação cultural de poder e realização da política num sentido mais amplo. Se essa força que ocupa é uma liderança pública ou privada, os contextos histórico, social ou cultural nos quais o espaço está inserido é que “determinam” sua posição frente às forças políticas e econômicas locais. O autor acima desenvolve esse raciocínio quando fala da relação entre o público e o privado no espaço da *Ágora grega*, uma das primeiras tipologias de praças da antiguidade. Segundo Caldeira,

Na reconstituição da *Ágora* de Atenas pode-se observar a importância dimensional da praça, a partir da formação arquitetônica do conjunto, destacando o contraste do vazio com o denso tecido urbano. Os limites da praça eram precisamente definidos pela localização periférica dos edifícios. Esse conjunto formava o centro político-social da cidade e sua configuração reforçava esse simbolismo. Estrategicamente situado, podia ser visualizado por toda a comunidade e representava um imenso vazio cercado por edifícios institucionais, sagrados, e comerciais. A percepção desse espaço não representava apenas a oposição ao espaço privado. Sua concepção legitimava uma função estética a uma prática cidadina primordial. Essa praça representava o lugar do domínio político. (2007, p.17)

Dentro das problematizações sobre as praças, consideradas como espaços livres que oscilam entre o que é de ocupação pública e privada, essa relação torna-se mais conflitante e requer maiores elaborações teóricas do que aquelas que são comumente apresentadas. A praça, espaço vazio que se destaca em meio à massa material densa que a circunda, pode ser vista como o local da reunião pública<sup>11</sup> que, ao longo da história, tem uma delimitação espacial interna e mutante, fato que geralmente determina a sua função. Esse espaço “camaleônico”<sup>12</sup> que assume diferentes formas e funções, em uma “ação” de adaptação às mudanças urbanas, é, então, o lugar

<sup>11</sup> Segundo Robba e Macedo (2002, p. 15), “inúmeras são as definições referentes ao termo *praça*. Mesmo havendo divergência entre os autores, todos concordam em conceitua-la como um espaço público e urbano. A praça sempre foi celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos”.

<sup>12</sup> Caldeira (2007).

centralizador das transformações sociais, uma vez que exprime - por sua forma, uso e delimitação - a identidade do meio ao qual está contido.

### 3 AS FUNÇÕES SOCIAIS DAS PRAÇAS NO MUNDO OCIDENTAL

O aumento da densidade populacional nas áreas de permanência estabelece, ainda nos primeiros núcleos urbanos, espaços vazios que se contrastam com a matéria construída e que são dedicados à reunião pública e/ou convivência entre pessoas constituintes da comunidade. Uma das primeiras tipologias de praça, relatadas nos estudos históricos, diz respeito ao espaço descampado das cidades gregas – a *Ágora* – que era usada para reuniões públicas sobre os assuntos políticos da *polis*. A delimitação<sup>13</sup> desse vazio urbano era “definida”, de maneira “espontânea”, pela consolidação de edifícios ligados a atividades mercantis, as *stoas*, que margeavam o local onde eram realizadas as assembleias e reuniões, o que conferia ao espaço da *ágora* um caráter também comercial.

Nas cidades Romanas, esse aspecto funcional espontâneo que as praças adquiriam com os edifícios que ali se instalavam começa a ser explorado por aqueles que planejam o traçado da *urbe*. Ao contrário do que acontecia na *Ágora*, no Fórum romano existe a presença do imperador e esse espaço torna-se o símbolo de seu poder. A praça do Fórum, dentro desse contexto, entendida como o “centro vital da malha urbana” (CALDEIRA, 2007), situava-se no cruzamento dos dois principais eixos ordenadores da cidade<sup>14</sup>, o que já sugeria intenção quanto à maneira como o homem dispunha os espaços e abrigava edifícios públicos, comerciais, religiosos e administrativos. Essa posição, aliada ao traçado ortogonal<sup>15</sup> “centralizador” das cidades romanas, destacava a importância social da praça e afirmava, principalmente, o poder político daqueles que dali faziam uso ou ali permaneciam.

Nas cidades medievais, por sua vez, as praças tinham uma representatividade significativa no que diz respeito à exploração do seu potencial de pertinência e uso, como maneira de demonstração do poder político e religioso dos grupos detentores das mais variadas formas de poder naquele período histórico. As cidades da Idade Média, numa época em que a ruralização foi significativa, ampliavam o contraste entre espaços vazios e cheios, o que centralizava a visão popular para os acontecimentos que ocorriam nos espaços livres. Um exemplo disso é a utilização da área das praças pela

---

<sup>13</sup> Para Tenório (2009), as praças são tridimensionais, ou seja, por mais que sejam espaços vazios dentro da malha urbana, possuem elementos circundantes e inerentes à sua morfologia que sugerem a percepção de um lugar delimitado que abriga seus usuários. Essa questão é passível de destaque porque as funções que as praças adquirem, em grande parte das vezes, estão ligadas ao papel social e/ou cultural e/ou econômico dos objetos construídos que estão às suas margens.

<sup>14</sup> No tratado Vitruviano são descritos dois eixos através dos quais a cidade se organiza: o *cardo* (eixo transversal) e o *decumanos* (eixo longitudinal).

<sup>15</sup> A adoção do traçado hipodâmico (ortogonal) nas cidades romanas representou o início do planejamento urbano aliado a teorias de organização espacial para o melhor funcionamento da *urbe*.

Igreja para realização de julgamentos e execuções públicas<sup>16</sup>, momento em que o espaço é apropriado para a exibição de cenas de caráter pedagógico para toda a sociedade. Ademais, os espaços vazios medievais tinham funções distintas, baseadas ou em sua localização, como no caso da “praça da entrada”, ou nos edifícios que têm relação com esses lugares: praça da igreja, praça do mercado, praça cívica, dentre outras.

No Renascimento, outro período importante na história das cidades, a praça “adquire importância estética com as transformações sociais desencadeadas” (CALDEIRA, 2007, p. 27). Os conceitos clássicos greco-romanos de beleza, proporção e racionalidade foram retomados e empregados nas cidades de maneira a organizá-las e torná-las eficientes. Aqui, a espontaneidade não sugere funções aos espaços. Tem-se o planejamento baseado em estudos de organização urbana, que começam a se tornarem recorrentes, e que permitem a elaboração de traçados urbanos adaptados às realidades sociais da época. A praça renascentista tem como características fundamentais o desenho geometrizado e um planejamento de forma que a sua localização faça frente com os principais edifícios da cidade. O uso da perspectiva<sup>17</sup> é um elemento estruturante da morfologia dessas áreas. Os edifícios delimitadores são dispostos e construídos seguindo regras de escala e proporção frente àquilo que se deseja destacar na praça ou no seu entorno, como estruturas arquitetônicas de grande representação social, política, cultural ou religiosa. Do ponto de vista representativo, a praça renascentista perde a simbologia que tinham as praças de períodos históricos anteriores. O espaço aberto não é mais valorizado enquanto lugar de múltiplos usos. Inicia-se um processo de ajardinamento dos espaços, conferindo a eles um sentido mais contemplativo do que de interação.

Posteriormente, com desenvolvimento da rede viária, em decorrência do aumento populacional e dos meios de transporte, algumas praças, então, começaram a ser planejadas para assumir um papel de “elemento de composição do sistema viário, isto é, lugar de passagem, entroncamento, *carrefour*, *rond-points*” (CALDEIRA, 2007, p. 33).

No fim do século XIX e início do século XX, surge, na Europa, o modernismo, compreendido como movimento cultural que, no campo da urbanística, previa o planejamento ou o remodelamento de cidades, privilegiando os aspectos de habitação, trabalho, lazer e circulação, ou seja, o aumento da densidade populacional passa a interferir nas propostas das cartografias urbanas. Assim, novas escalas urbanas e novos espaços adequados a essa realidade alteraram profundamente aquilo que se conhecia como praça.

---

<sup>16</sup> Para Caldeira (2007), “para além de um espaço de sociabilidade, a praça era o lugar onde se demonstrava o poder das leis”.

<sup>17</sup> A perspectiva, técnica de representação baseada em um ou mais pontos de fuga, permitia o desenho de imagens tridimensionais. Seus conceitos, baseados em estudos da percepção das relações entre as formas pelo olho humano, foram utilizados em questões como a centralização ou o destaque de edifícios e pessoas, tanto em trabalhos gráficos (como pinturas), quanto em projetos urbanos (delimitação do gabarito e do traçado das ruas buscando a harmonia do todo, bem como a manipulação da percepção para certos pontos de interesse).

Nas praças consideradas modernas no Brasil, que sofreram forte influência dos padrões de urbanização europeus, há a incorporação em seu programa do “[...] lazer ativo - principalmente as atividades esportivas e a recreação infantil” (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 35). Tais praças vistas como modernas, embora permitam usos ativos<sup>18</sup>, também apresentam alguns problemas conceituais e de projeto que são objeto de discussão e debate entre especialistas e também no meio acadêmico<sup>19</sup>. Os grandes vazios urbanos começaram a impedir a diferenciação do que é meramente vazio daquilo que se configuraria um espaço citadino de socialização.

A partir de 1970, com o crescimento das cidades e a metropolização dos centros urbanos, os espaços públicos, de acordo com Robba e Macedo (2002), reafirmaram-se como indispensáveis opções de lazer para a cidade. A praça moderna tornou-se um espaço potencial de apropriação e de usos diversificados. As políticas urbanas tentam, muitas vezes de forma improvisada e destituída de apoio técnico, adaptar os equipamentos e as características dessas regiões às necessidades da população. Todavia, na maioria dos casos, isso ocorre sem consulta aos próprios moradores das adjacências e usuários do espaço sobre suas reais necessidades, demonstrando uma postura antidemocrática e autoritária dos poderes políticos constituídos.

Nesse contexto há que se ressaltar, a partir das observações sobre o desenvolvimento das praças enquanto espaços de uso, e considerando-as como “espelhos” das relações existentes nas cidades, a importância da realização de estudos sobre cidades de médio e pequeno porte no país, tendo em vista que, muitas vezes, os trabalhos realizados, principalmente por intelectuais e estudiosos do eixo Rio-São Paulo, não conseguem dar as respostas necessárias à problemática urbana enfrentada nas cidades brasileiras localizadas no interior.

É comum, em várias áreas de estudos ligadas às ciências humanas, o uso de matrizes teóricas decorrentes de pesquisas realizadas em grandes cidades por estudiosos que investigam cidades com outros perfis e características de urbanização. Tal postura inadvertidamente pode forjar conclusões equivocadas que não atendem as hipóteses formuladas a partir de um objeto de pesquisa diferente em sua historicidade. Dessa forma, propõe-se que os estudos realizados a partir de investigações oriundas de cidades pequenas ou médias podem contribuir muito para a ampliação dos saberes sobre a complexidade da urbanização brasileira e, principalmente, reconhecer que determinados posicionamentos teóricos consagrados nas grandes universidades

---

<sup>18</sup> De acordo com Robba e Macedo (2002, p. 96), “ao longo do século, a praça moderna foi sendo adaptada à nova dinâmica da cidade, e seu programa diversificou-se ainda mais, reunindo outras atividades (...)”.

<sup>19</sup> Tenório (2009) realizou uma pesquisa cujo objetivo era identificar as praças de uma cidade modernista (Brasília), procurando diferenciar aqueles espaços que são simples “vazios dentro de um vazio” daqueles que têm funções sociais, políticas e/ou culturais, que caracterizam uma praça. Como resultado, a autora concluiu que lugares com grande fluxo de pessoas e delimitados visualmente por construções podem ser considerados praças por abrigarem grupos de cidadãos em suas atividades citadinas, o que não acontece com “praças” esteticamente planejadas que não têm potencial de uso (seja pela morfologia ou localização relativa dentro da cidade). Nesse trabalho, a descaracterização da praça pela monumentalidade modernista é visível e passível de maiores problematizações.

podem ter suas limitações, quando usados na interpretação de objetos localizados em regiões mais distantes ou em cidades menores.

Nesse sentido, reconhece-se que a nova escala global da cidade, que se baseia em acontecimentos de grande repercussão, geralmente relacionados a grandes cidades, difere, em parte, da realidade de um aglomerado urbano médio e interiorano brasileiro, como sugere a proposta de análise deste trabalho. Além disso, há uma evidente preocupação interdisciplinar, marcada pelo diálogo primordial entre história e arquitetura, em contraponto com muitos estudos ligados às reflexões sobre o tema de trabalho proposto.<sup>20</sup>

#### 4 AS PRAÇAS NO BRASIL E A IDEIA DE ESPAÇO PÚBLICO

O Brasil foi, entre os séculos dezesseis e dezenove, colônia de Portugal. Assim, a conformação das cidades e, conseqüentemente, das praças brasileiras apresentam muitas das características das cidades europeias, especialmente dos padrões urbanísticos ibéricos.<sup>21</sup>

Os primeiros espaços de uso público coletivo no Brasil foram observados nos grupos indígenas, onde as aldeias eram organizadas em formato predominantemente circular. As cabanas eram dispostas de maneira a delimitar uma área de uso coletivo para as sociedades indígenas. Esse espaço era, e ainda o é, nas comunidades remanescentes, utilizado para realização dos rituais sociais e como lugar de reunião do grupo, considerado de grande valor simbólico. Com a chegada dos portugueses ao Brasil, foram, então, iniciadas uma série de ações cujo intuito era a conquista territorial do país. Nos conflitos entre índios e portugueses, os jesuítas<sup>22</sup> tiveram papel importante. Eles se instalavam nas aldeias indígenas e, como primeira ação, colocavam um cruzeiro no meio da área livre delimitada pelas cabanas. Esse ato indicava um assenhoreamento de um espaço sagrado, já incitando uma mudança ideológica na sociedade indígena. Depois da doutrinação, era construída uma pequena capela, ou no lugar do cruzeiro, ou no alinhamento das cabanas. Isso indicava o início do povoamento e da consolidação das vilas.

De acordo com Caldeira (2007), o processo de criação de vilas e centros urbanos no Brasil ocorreu em três fases: a primeira foi consequência da necessidade de criação de núcleos de defesa na região litorânea do país (as praças-fortes); a segunda ocorreu em razão da interiorização do povoamento pela ação dos bandeirantes; e a terceira diz respeito ao avanço territorial para as regiões a oeste e sul do país, buscando delimitar fronteiras entre o que era de posse portuguesa e aquilo que seria de poder espanhol, de acordo com o Tratado de Tordesilhas<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Lepetit (2001).

<sup>21</sup> Caldeira (2007, p. 39-54) defende que o traçado urbano brasileiro sofreu, desde o princípio, influências portuguesas e espanholas.

<sup>22</sup> Participantes das caravanas portuguesas, os jesuítas eram padres encarregados de catequizar os índios e escravos.

<sup>23</sup> De acordo com Haywood (2001, *apud* CALDEIRA, 2007, p. 59), “em 1494, o Tratado de Tordesilhas concedeu à Espanha o direito de exploração, bem como os territórios situados a

O início da formação de centros urbanos no Brasil está diretamente associado à construção de praças<sup>24</sup>. No período escravocrata, entre o século dezesseis e o fim do século dezenove, o caráter simbólico das praças representava uma ferramenta de “dominação e promoção social”. Desde as punições públicas no pelourinho<sup>25</sup>, cuja analogia pode-se fazer às ações realizadas antes nas praças da Idade Média, até a realização de marchas militares e eventos festivos, as praças abarcavam uma série de ações que caracterizavam a cultura da sociedade urbana, sem perder de vista valores rurais, que em momentos propícios ali marcavam suas presenças.

As praças no Brasil colonial podem ser vistas como espaços de máxima visibilidade, para exposição daquilo que deveria ser considerado exemplar. Elas tinham um caráter pedagógico, isto é, eram espaços onde a aplicação das leis vigentes era feita de forma que todos tivessem conhecimento. Eram locais, por excelência, educativos, onde a vigilância das normas sociais<sup>26</sup> da época transformava-se em disciplina profilática de eventuais conflitos entre os diferentes grupos de pessoas, e também com um caráter de exclusão marcante. De acordo com Santos,

As preferências arquitetônicas que merecem consideração são aquelas que não estão ao alcance das classes subalternas. Além disso, tais gostos incorporam o desejo da valorização imobiliária das áreas ocupadas pelas elites, bem como impedem o contato e, possivelmente, um enfrentamento direto entre classes sociais antagônicas. (2002, p. 71)

As influências morfológicas que as praças sofreram durante os vários períodos de constituição das cidades brasileiras foram consequências de dois fatores: primeiro, da adaptação do traçado urbano português e espanhol à topografia brasileira; e segundo, dos acontecimentos europeus, no que diz respeito às mudanças urbanísticas e/ou estéticas de suas cidades, influenciadas, principalmente, pelas reformas de Eugène Haussmann<sup>27</sup>, em Paris, e suas propostas higienizadoras. Enquanto as praças

---

oeste de uma linha imaginária, traçada de norte a sul do Atlântico; e a Portugal, as terras situadas a leste”.

<sup>24</sup> No que diz respeito ao processo de povoamento do Brasil, de acordo com Holanda (1995, p. 97), “a construção da cidade começaria sempre por uma praça maior. Quando em costa de mar, essa praça ficaria no lugar do desembarque do porto; quando em zona mediterrânea, ao centro da povoação.”

<sup>25</sup> O pelourinho era o espaço onde se localizava um tronco de madeira fixado no chão, que era onde se prendiam os escravos a serem punidos. Para Caldeira (2007, p. 83), “diante da necessidade de estabelecer mecanismos de controle no regime escravocrata, criou-se um espaço onde se realizavam punições públicas, em que os condenados, amarrados ao pelourinho, ficavam expostos à execução pública”.

<sup>26</sup> Segundo Santos (2002), a vigilância dos comportamentos e das normas sociais foi materializada numa cultura política altamente repressiva, na qual os famigerados “Códigos de Posturas” cumpriam as funções de policiar os desvios das normas civilizadoras, inspiradas, em regra, nos paradigmas urbanísticos europeus.

<sup>27</sup> Por ordem do imperador Napoleão III, Georges-Eugène Haussmann (ex-prefeito de Paris) comandou, entre os anos de 1853 e 1870, a maior remodelação urbana de Paris. Além de embelezar e tornar a cidade mais imponente, Haussmann organizou a simetria de residências e

portuguesas eram “ocasionais” e espontâneas, ou seja, as confluências das ruas e o relevo da região determinavam sua forma, as praças de “origem” espanhola apresentavam um traçado regular e geometrizado. O historiador Sérgio Buarque de Holanda trata desse aspecto em seu trabalho clássico “Raízes do Brasil” (1995). Segundo o autor:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. (HOLANDA, 1995, p. 110)

[...] a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o domínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. (HOLANDA, 1995, p. 96)

Apesar dessa separação delimitadora, que define o que é de origem portuguesa e o que tem influência espanhola, na história da praça brasileira, essas tipologias variam conforme a região, ou até mesmo se difundem em um mesmo meio urbano. Em suma, as propostas do “ladrihador” espanhol e do “semeador” português podem ser encontradas num mesmo espaço urbano, confirmando uma interação constante ao longo da história entre os dois paradigmas de construção das cidades. A complexidade dos aglomerados populacionais, que constituem as cidades e os espaços urbanos mais desenvolvidos, permite uma relação de troca e intercâmbio cultural que, além de compreender diversas formas de apropriação, também desconfigura essa visão inicialmente dualista, migrando para um pensamento multiculturalista, abrangendo suas diversas consequências.

No período colonial, algumas praças inseridas nos traçados urbanísticos de algumas cidades brasileiras tiveram destaque como, por exemplo, a Praça da Câmara e o Terreiro de Jesus, na Bahia, o Largo do Carmo, ou Paço Imperial, e o Campo de Santana, no Rio de Janeiro. Desde sua formação, predominantemente espontânea, até sua transformação pelas propostas modernizadoras, as praças brasileiras sempre se mostraram como “espelhos socioculturais” do meio ao qual pertenciam. As praças são históricas e devem ser historicizadas de maneira a reconhecê-las como detentoras de vestígios de diversas épocas. Nesse sentido, funcionam como fontes históricas privilegiadas, todavia, ainda de uso precário por pesquisadores no país. As praças funcionam como agentes de transformação cultural, mas também são objetos que incorporam valores de períodos históricos distintos e de regiões diversas. No caso brasileiro, é visível a influência religiosa na formatação morfológico-funcional desses

---

comércios, mudou a geometria das ruas sinuosas e estreitas, traçando largos bulevares e grandes eixos, pois o crescimento da capital francesa exigia desobstruções, abertura de novas ruas e o projeto e execução de redes de esgotos, que resultariam na aliança entre os princípios da higiene e os da estética. Haussmann destacou-se por essas atitudes corajosas, mas pouco humanitárias - que não levaram em conta as dramáticas consequências na periferia de Paris. A cidade se tornou símbolo desse impulso reformador das zonas deterioradas das metrópoles e ganhou “imitadores” em diversas capitais do mundo.

espaços. Além disso, à medida que o processo de urbanização se tornava mais latente, a relação entre o público, o privado e o político se tornava mais complexa e acabava por impactar aspectos de forma e uso das praças.

Com a Revolução Industrial e o conseqüente crescimento das cidades, os urbanistas começaram a elaborar núcleos urbanos que restringiam o uso heterogêneo e multifuncional das praças, isso ainda na fase de projeto. O exemplo mais recorrente nos estudos de intervenções urbanas é a reforma, já citada neste estudo, empreendida em Paris por George-Eugène Haussmann, que influenciou profundamente o planejamento das cidades em geral e dos espaços livres que começaram a ser planejados no Brasil. Pode-se considerar a questão do ajardinamento do espaço das praças como atitude inovadora e impactante. De acordo com Robba e Macedo (2002, p. 29), enquanto a praça colonial brasileira permitia que todas as funções religiosas, militares, comerciais e civis acontecessem no mesmo logradouro, a praça ajardinada, que era um produto europeu do fim do século dezenove e início do século vinte, “devia ser frequentada segundo algumas normas de conduta e comportamento bastante rígidas e hierarquizadas, não se assemelhando em nada ao polivalente largo colonial”.

A partir da segunda década do século vinte, esse desejo de modernização observado a partir da influência dos novos padrões urbanos europeus no Brasil torna-se mais latente. A modernização da praça, aqui fazendo referência ao processo de adoção dos princípios modernistas de planejamento urbano<sup>28</sup>, permitiu que se englobasse em seus programas, “o lazer ativo” (ROBBA; MACEDO, 2002), como anteriormente dito. Tal uso adequou-se, posteriormente, ao contexto de adensamento populacional das grandes metrópoles. As praças começaram a se configurar como importantes espaços de lazer, devido às novas formas e utilidades da casa moderna, bem como da emergência de novas sociabilidades.

Atualmente, observa-se um contexto de multifuncionalidade de tipologias de praças, o que é diferente da heterogeneidade de usos em uma mesma praça. As diferenças formais e funcionais variam de cidade para cidade e de contexto para contexto. O histórico das praças brasileiras fundamenta a existência de espaços livres que ainda possuem uma grande representatividade religiosa, política ou comercial e demonstra que as influências estrangeiras, espanholas e, principalmente, portuguesas foram determinantes na consolidação da representatividade do espaço das praças no ambiente citadino.

## 5 PATOS DE MINAS E AS LIMITAÇÕES DAS PRAÇAS

O processo de ocupação da região que atualmente é a cidade de Patos de Minas ocorreu em meados do século dezoito<sup>29</sup>, quando alguns negros escravos, fugidos das terras de Paracatu, instalaram-se nas regiões adjacentes ao Rio Paranaíba e à Lagoa dos

---

<sup>28</sup> Os princípios modernistas de planejamento urbano, idealizados por Le Corbusier, importante arquiteto e urbanista do século XX, defendiam o projeto das cidades baseado no suprimento de necessidades relativas à habitação, trabalho, lazer e circulação.

<sup>29</sup> Magrini (2008).

Patos. No ano de 1770, uma carta de Afonso Manoel Pereira relata a requisição das terras situadas às margens do rio “Pernahiba” pelo sistema de sesmarias, que consistia na doação de terras da coroa portuguesa para uma pessoa que se responsabilizasse pelo seu cultivo e desenvolvimento durante determinados períodos. Como argumento, o requerente afirmava:

[...] no sertão das margens do rio chamado Pernahiba se acham terras de campos e matos devolutos, de parte desta Capitania, servindo somente de asilo aos negros fugidos dos moradores do Paracatu e Goiás, de onde sai contínuos assaltos, os não sucederia se estas se achassem povoadas (FONSECA, 1974, p. 27).

Anos depois, o primeiro auto de demarcação realizado na região confirmou que já existia no local, no ano de 1800, à beira de um caminho para Goiás, um povoamento intitulado “Os Patos”. No ano de 1826, Antônio Joaquim da Silva Guerra, comerciante, e sua mulher, dona Luzia Corrêa de Andrade, doaram as terras que hoje compreendem o centro da cidade de Patos de Minas e onde foi construída a primeira igreja da região, em adoração a Santo Antônio. Posteriormente, em 1866, a lei nº 1.291 cria a Vila de Santo Antônio dos Patos, estabelecendo, antes, que sua instalação somente ocorreria após a construção da cadeia e da casa de Câmara, ambas edificadas em área próxima à região da igreja. A primeira demarcação da Vila, realizada no ano de 1874, em seu artigo 2º, revela que no período existiam “5 largos ou praças, 9 ruas, 9 becos e um bairro” (MELLO, 1971, p. 47). Os 5 largos ou praças compreendiam, por sua vez, o largo da Matriz, o largo do Rosário, o largo do Caixeta, o largo do Antônio Dias e a Praça Municipal. Em 1878, pela lei 2.460, foi criada a Comarca de Patos de Minas. Posteriormente, pela lei nº 23 de 24 de maio de 1892 foram elevadas à categoria de cidade todas as Vilas que eram sedes de Comarcas, dentre elas Patos de Minas.

A segunda demarcação da região, realizada em 1916, registrada no livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal e também documentada por Mello (1971), mostra que no período existiam 6 praças e 1 largo, sendo: Praça Municipal, Praça da Matriz, Praça Antônio Dias, Praça da Distribuidora, Praça das Dores, Praça do Caixeta e Largo do Rosário.

Nota-se que, entre os anos de 1874 e 1892, houve certa diferença de nomenclatura utilizada para classificar os espaços abertos da cidade, variando entre largos<sup>30</sup> e praças. Enquanto em 1874 existiam, em Patos de Minas, 4 largos e 1 Praça, em 1916 já eram consolidadas 5 praças e 1 largo. Caldeira (2007, p. 44), em relato sobre a constituição das praças brasileiras, explica tal fenômeno, afirmando que:

Os “rossios”, “terreiros” ou “largos” junto às portas das cidades, por regra sempre exteriores, [...], foram gradualmente reformados em praças onde frequentemente se construiu de novo a casa da Câmara, o quase inseparável açougue e se ergueu o pelourinho. São espaços, equipamentos ou

---

<sup>30</sup> Os largos são espaços abertos da cidade, identificados por serem lugares com largura maior do que aquela das ruas e vias urbanas.

instituições velhos com novo significado, atribuições e poder, símbolos de um Estado já bem enraizado.

Dessa maneira, entende-se que a transformação de largos em praças ocorre em função da construção de elementos de poder no espaço que antes constituía um largo. Tal fato corresponde à criação de um lugar de significado político, social, econômico ou cultural dentro da cidade, cujo caráter é conferido pelas estruturas físicas que ali se instalam. O trabalho de Mello (1971) mostra isso quando faz a correspondência entre a nomenclatura das praças de Patos de Minas existentes em 1874 e em 1892. No relato, observa-se que o nome das praças de 1892, antes chamadas de largos, se deve à existência de edifícios de grande significado ali construídos. Um exemplo é a “Praça da Matriz”, que recebia o nome de “largo da Matriz”, quando o espaço destinado à Capela não estava totalmente organizado e consolidado.

No ano de 1916, tiveram início as primeiras tentativas de construção de uma nova igreja Matriz. Porém, somente no ano de 1934 foi lançada a pedra fundamental para a construção da nova igreja<sup>31</sup>. O edifício foi, então, aberto em 1942 e, posteriormente, inaugurado em 1954.

**Imagem 1:** Crescimento urbano de Patos de Minas até o início do século XIX.



**Fonte:** Adaptação realizada por Amorim (2015) de foto do acervo da Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Disponível em:

<<http://www.patosdeminas.mg.gov.br/galeria/historicas/pages/image16.php>>.

<sup>31</sup> Arquivo do processo de tombamento da Praça Dom Eduardo do acervo do Museu Municipal de Patos de Minas.

Na Imagem 1, é possível observar o núcleo urbano inicial de Patos de Minas em processo de consolidação. Observa-se a primeira igreja da cidade, ao fundo, e a atual igreja matriz, mais a frente.

Fazendo uma leitura na perspectiva deste estudo, é visível que a organização espacial da cidade aconteceu respeitando o espaço livre necessário ao destaque de tipologias construtivas religiosas, as duas igrejas, a antiga e a nova matriz. Ainda, é notória a linearidade de um espaço ainda em processo de consolidação. Ademais, características principais que configuram uma praça, analisadas nos tópicos iniciais deste trabalho, também são, ali, facilmente identificadas: a existência de relação, mesmo que não muito intensa, entre espaço construído (cheio) e não edificado (vazio), a superioridade das construções localizadas no centro da praça em relação às edificações vizinhas (com destaque para a construção da nova igreja matriz, maior, mais imponente e centralizada no espaço vazio formado pelas casas que delimitam o lugar), e a percepção de um espaço tridimensional em formação<sup>32</sup>.

Segundo informações coletadas no arquivo do Museu Municipal de Patos de Minas, em 1934, o espaço que antes compreendia a Praça da Matriz foi então chamado de Praça Dom Eduardo, em homenagem ao primeiro Bispo da Diocese de Uberaba, cuja Paróquia de Santo Antônio dos Patos era pertencente.

A antiga Igreja Matriz foi demolida no ano de 1965. Posteriormente, as duas quadras que compreendiam o conjunto de sua localização foram urbanizadas. A partir da década de 1970, foram colocados alguns monumentos em seu “espaço interior”, como o altar da Pátria da segunda quadra, o monumento do centenário da cidade e o monumento à paz mundial<sup>33</sup>.

A evolução morfológica e funcional das praças de Patos de Minas, principalmente das quadras pertencentes à Avenida Getúlio Vargas, mostrou-se contextualizada com os acontecimentos estrangeiros e nacionais, mostrados nos primeiros tópicos deste estudo<sup>34</sup>. De praças somente reconhecidas como espaços abertos de uso social, elas foram gradativamente ganhando aspectos morfológicos, principalmente higienizadores, que podem ser associados às interferências de Eugène Haussmann em Paris, de Francisco Pereira Passos<sup>35</sup> no Brasil e das novas propostas urbanas desenvolvidas a partir do século XIX, como o plano da cidade de Belo Horizonte que, segundo Caldeira (2007), é um exemplo fundamental das posturas racionais que conduziram o planejamento no Brasil ao final do séc. XIX.

---

<sup>32</sup> A tridimensionalidade do espaço da “praça” da foto é identificada pela relação entre o gabarito (altura) das construções que delimitam o descampado e as construções de sua área central.

<sup>33</sup> Arquivo do processo de tombamento da Praça Dom Eduardo do acervo do Museu Municipal de Patos de Minas.

<sup>34</sup> Tal afirmação tem como fundamento a análise dos arquivos iconográficos do acervo do Museu Municipal de Patos de Minas.

<sup>35</sup> Ex-prefeito do Rio de Janeiro que, influenciado pelas propostas higienizadoras que Eugène Haussmann promoveu em Paris, realizou a revitalização do centro da cidade, destruindo cortiços, logradouros com condições patológicas de vida, e organizou as vias e praças.

**Imagens 2:** Evolução morfológico-funcional da praça Dom Eduardo. Respectivamente (da esquerda para direita), no início do povoamento de Patos de Minas, quando existiam a capela da matriz inicial e a nova matriz em construção, e quando do processo de urbanização que ocorreu após a demolição da antiga matriz.



**Fonte:** Acervo iconográfico do Museu Municipal de Patos de Minas.

É perceptível, pela observação das imagens acima, que à medida que a cidade se urbaniza, aspectos de forma e função inerentes aos seus edifícios e lugares são modificados, buscando ou uma contextualização com o meio social ao qual o espaço está inserido, ou uma imposição político social de uso e de frequência. A “higienização” do espaço gera a restrição das possibilidades de uso. Em um meio tão complexo como a cidade, pequenas atitudes ou inovações na escala urbana podem intensificar processos de segregação, ocupação, abandono e desenvolvimento de regiões inteiras.

Com a introdução de novos aparatos tecnológicos e a criação de novas formas de lazer e trabalho, as atividades que antes eram realizadas nas praças ou em espaços abertos tiveram abrigo em lugares fechados, que possuem funções específicas. Fonseca (1974, p. 263), em seu trabalho sobre a história de Patos de Minas, fala desse fenômeno:

O surgimento do cinema na Europa, nos últimos anos do século XIX, começaria a levar para segundo plano no prestígio popular, as outras diversões. Aconteceu, então, o que hoje acontece com o cinema, que após 40 anos de fastígio, vai sendo paulatinamente absorvido pela televisão.

Atualmente, as praças de Patos de Minas têm um caráter mais social e histórico do que de uso frequente pela população. Nelas são realizados, esporadicamente, eventos cívicos e sociais.

Diferente da criação das praças que surgiam de maneira espontânea ou sem planejamento prévio, atualmente, tal processo é regulamentado pela Lei Federal de nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que trata sobre o parcelamento do solo urbano, prevendo o seguinte:

I - as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem. (Lei Nº 6766, cap. II - Art. 4º).

A Lei Complementar n. 271, de 1º. de novembro de 2006, instituiu o Plano Diretor de Patos de Minas, que trata das determinações sobre o parcelamento do solo e afirma que:

[...] o ordenamento territorial obedece as seguintes diretrizes:  
I - planejamento do desenvolvimento da Cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente. (Plano Diretor de Patos de Minas. Cap. IV. Seção I. Art. 37).

Ainda, a Lei de Uso e Ocupação do Solo<sup>36</sup> da cidade, no que diz respeito à regulamentação dos loteamentos, dita que 15% da área total dos lotes do projeto deverão ser áreas livres e/ou de uso comunitário, sendo as áreas de adequação e ampliação do sistema viário também incluídas no cálculo, e que o total de áreas públicas deve ser igual ou maior do que 35% do total a ser “privatizado”.

Dessa maneira, as praças atualmente não são, em sua grande maioria, produtos histórico-sociais de espaços de convivência, escolhidos democraticamente pelos usuários, mas locais cuja criação depende das leis que regulamentam os percentuais edificáveis, de circulação e livres dos loteamentos. Tal fato, ao mesmo tempo em que confere maior importância àquelas praças que “fundamentaram” a criação das cidades, chama a atenção para a falta de planejamento daqueles espaços livres novos.

## 6 METODOLOGIA E RESULTADOS

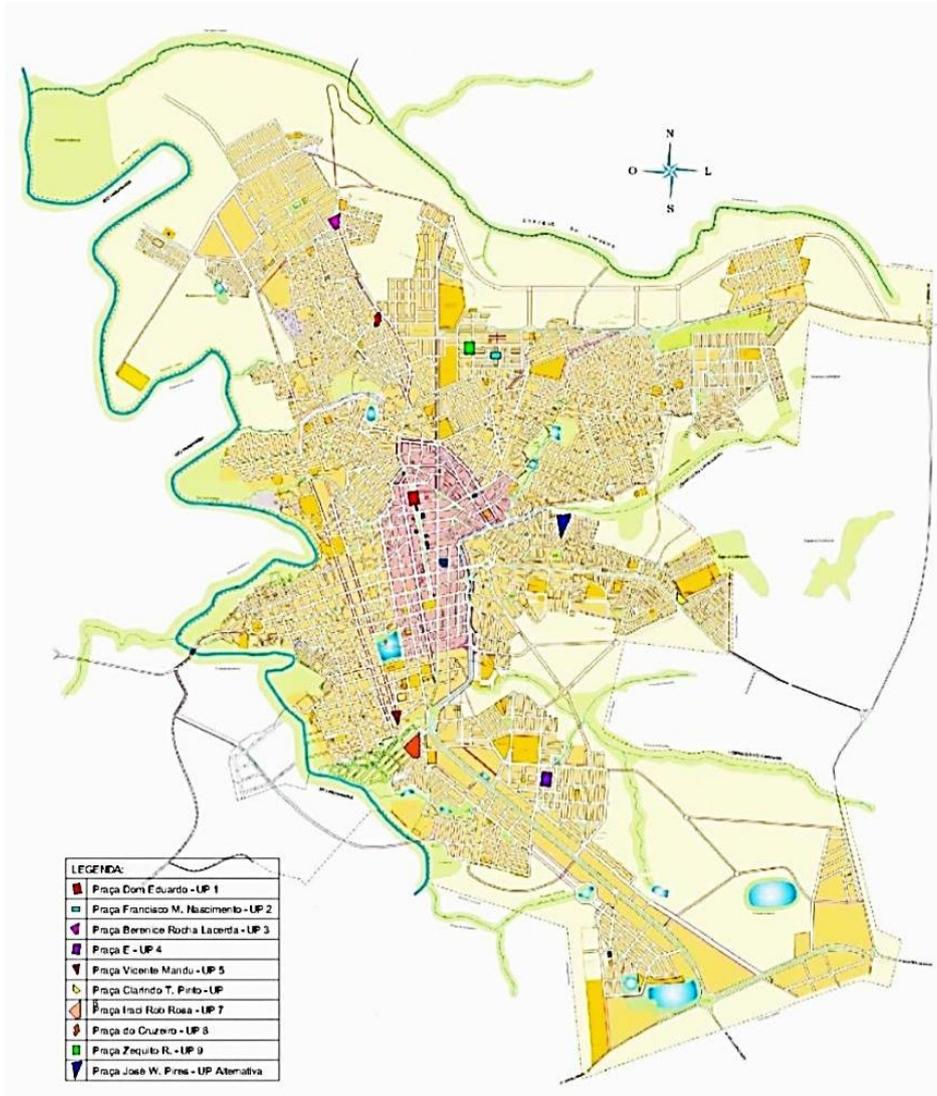
Para fins de análise das praças de Patos de Minas, foi realizado um levantamento morfológico, de caráter não estatístico, da situação de alguns desses espaços da cidade. Com base no trabalho “Os Sistemas de Espaços Livres na Forma Urbana de Patos de Minas”, de autoria de Nayara Amorim (2015), que elaborou uma divisão territorial da cidade em “Unidades de Paisagem”<sup>37</sup>, levando-se em

<sup>36</sup> Lei nº 320, de 31 de Dezembro de 2008.

<sup>37</sup> De acordo com Amorim (2015, p. 109), “entende-se como Unidade de Paisagem uma porção territorial da cidade onde há semelhança entre si, determinada por fatores físicos, naturais ou antrópicos. Cada unidade possui características morfológicas próprias, como: traçado, usos, taxa de ocupação, gabarito e principalmente relações sistêmicas entre os espaços livres, essas

consideração parâmetros morfológicos que formulam imagens sociais de setores do meio urbano, foram escolhidas 10 praças, sendo uma de cada “Unidade de Paisagem”, para análise. Tal escolha se justifica na intenção de homogeneizar a amostragem, buscando analisar praças presentes nos diferentes setores sociais da cidade.

**Imagem 3:** Mapa de localização das praças analisadas neste estudo, sobrepostas na mancha urbana de Patos de Minas.



**Fonte:** Adaptação realizada pelos autores do mapa de macrozoneamento da cidade Patos de Minas.

Os dados coletados dizem respeito a elementos existentes ou não nas praças analisadas e/ou sua intensidade de ocorrência ou estado atual, são eles: canteiros, árvores, pontos de ônibus próximos, lixeiras, iluminação, bancos, mesas, equipamentos de uso geral, área verde, área impermeável, relação entre espaço vazio e denso, faixa

características somadas ao suporte físico dão à Unidade de Paisagem o caráter unitário, de forma a criar zonas distintas e com características próprias no espaço urbano”.

de pedestres no entorno, fluxo de veículos, edifícios próximos, relação permanência/passagem e estado geral.

**Tabela 1:** Resultados morfológicos das dez praças de Patos de Minas analisadas neste estudo.

<b>TABELA DE RESULTADOS MORFOLÓGICOS – PRAÇAS DE PATOS DE MINAS</b>			
<b>Canteiro</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	80%	20%	
<b>Árvores</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	100%	0%	
<b>Pontos de ônibus próximos</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	40%	60%	
<b>Lixeiras</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	10%	90%	
<b>Iluminação</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	60%	40%	
<b>Bancos</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	80%	20%	
<b>Mesas</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	40%	60%	
<b>Equipamentos de uso geral</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	20%	80%	
<b>Área verde</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	100%	0%	
<b>Área impermeável</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	80%	20%	
<b>Relação espaço vazio/denso</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	90%	10%	
<b>Faixa de pedestres no entorno</b>	SIM	NÃO	
RESULTADO	10%	90%	
<b>Fluxo de veículos</b>	ALTO	MÉDIO	BAIXO
RESULTADO	40%	0%	60%
<b>Edifícios próximos</b>	RESIDÊNCIA	COMÉRCIO	ESCOLA
RESULTADO	90%	60%	10%
<b>Relação permanência/passagem</b>	PERMANÊNCIA	PASSAGEM	NÃO IDENTIFICADO
RESULTADO	80%	10%	10%
<b>Estado Geral</b>	PRESERVADA	DETERIORADA	NÃO IMPLANTADA
RESULTADO	20%	60%	20%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir dos percentuais apurados, foi possível observar que, embora grande parte das praças analisadas neste estudo possuam elementos que caracterizam os espaços abertos de permanência, existe certa falta de contextualização e planejamento das praças enquanto espaços que se relacionam diretamente com a cidade e com os seus habitantes. A falta de equipamentos públicos como lixeiras, iluminação adequada, pontos de ônibus próximos e, principalmente, de faixas de pedestres no entorno é fator determinante no modo como os espaços livres das praças são fruídos e apropriados. Identificou-se uma precariedade da assistência do poder público para melhorar as condições de sociabilidades a serem constituídas nas praças. Isso confirma a hipótese principal estabelecida no projeto originário da pesquisa que ora apresentamos os resultados.

Outro aspecto importante diz respeito à falta de cuidado com as praças analisadas. Das dez que foram escolhidas, somente duas apresentaram características que permitem inferir que o cuidado com o seu aspecto físico é recorrente. As praças de Patos de Minas apresentam espaços de convivência social, porém, não possuem, em sua grande maioria, estruturas adequadas para um lazer seguro. O levantamento permitiu avaliar que muitas praças da cidade de Patos de Minas constituem, atualmente, em espaços degradados e inadequados para a comunhão das pessoas.

## **7 CONCLUSÃO: POSICIONAMENTOS SOBRE GESTÃO, PLANEJAMENTO E REPRESENTAÇÃO DAS PRAÇAS DE PATOS DE MINAS**

As praças são espaços de importância significativa no contexto da cidade em contínuo conflito com outros espaços. São planejadas, construídas, reelaboradas e ressignificadas ininterruptamente. A história de cada uma mostra as suas singularidades e evidencia as formas que diferentes grupos sociais apropriam-se daqueles espaços e lhes dão os sentidos convenientes. Não se pode esquecer o papel que as praças exercem no despertar da ideia de pertencimento e de construção de identidades pelas pessoas que as utilizam.

A análise das praças da cidade de Patos de Minas mostrou que existe uma disparidade entre o que é projetado ou planejado e aquilo que realmente é realizado concretamente. As evidências das fontes apontam para o fato de que os projetos das praças são limitados no sentido de abrigar todas as possibilidades de usufruto que as complexas relações sociais urbanas praticam ou permitem. Além disso, a falta de gestão daquelas ações já executadas também é outro ponto a ser problematizado. Não há políticas públicas de estímulo ao uso das praças e a maioria, muitas vezes, não recebe obras de manutenção. Nesse sentido, talvez fosse interessante para as administrações municipais atentarem para o cuidado com as praças, pois são esses espaços privilegiados de representação das cidades no imaginário das pessoas. Praças dotadas de uma gestão democrática e pluralista podem projetar nos seus usuários, nos moradores do entorno e mesmo nos cidadãos, que por ali transitam esporadicamente, imagens positivas do poder público.

Maricato (2015), em seu trabalho “Para entender a Crise Urbana”, discute sobre os elementos identificadores da cidade, bem como o seu papel enquanto constituintes

da representação que tal meio terá no imaginário de cada habitante que experencia a *urbe*. Para a autora, por mais que a cidade seja deteriorada e possua infraestrutura precária, se o seu centro urbano for apresentável, é este que ficará como lembrança, até mesmo para aqueles que vivem na mesma cidade.

Em Patos de Minas, a forma como são realizados os tratamentos dos diferentes setores da cidade serve como exemplo da visão de Maricato (2015). A partir da pesquisa prática deste estudo, além de catalogar aquelas características morfológicas inerentes às dez praças analisadas, foi possível obter uma percepção da cidade que em muito tem relação com questões de representação que o meio urbano central de Patos de Minas tenta criar naqueles que o visitam e que nele vivem. Enquanto as praças localizadas na área central da cidade recebem tratamentos específicos, aquelas que ficam nas áreas periféricas possuem estrutura precária. Tais evidências confirmam o processo histórico excludente de urbanização da cidade de Patos de Minas analisado por Santos (2002, p. 109-110):

No caso específico da cidade de Patos, nota-se um planejamento preventivo, inspirado, possivelmente, nos problemas sociais de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. São inúmeras medidas adotadas para demarcar o espaço urbano através de uma política higiênico-sanitarista que segrega as camadas inferiorizadas socialmente, estabelecendo limites à circulação em determinados locais, incluindo até mesmo os horários. As camadas dominantes trabalham para que a cidade de Patos seja edificada perpetuando os próprios privilégios, concentrados nos locais dotados de melhores condições de habitação e mais propícios aos comércios e negócios mais rentáveis.

**Imagem 4:** Praça Dom Eduardo no centro de Patos de Minas



**Fonte:** autores.

**Imagem 5:** Praça Iraci Rob. Rosa (região periférica de Patos de Minas)



**Fonte:** autores.

Essas imagens demonstram essa falta de gestão dos espaços públicos das regiões periféricas. Um olhar mais atento e abrangente da cidade possibilita, ainda, observar que os diferentes setores de um mesmo meio urbano parecem não se conectar quando tratados de maneiras não similares ou não condizentes com as populações que ali frequentam. É preciso que, em fase de planejamento, sejam coletadas as necessidades dos habitantes que vivem no local de interferência; e em processo de gestão, sejam requeridas tanto as obrigações do município, quanto as ações cidadãs de cuidado e preservação do patrimônio público. De fato, há um descaso do poder público decorrente, em parte, pela omissão da sociedade civil, que não se organiza nem cria condições incisivas de reivindicação de melhorias das suas praças.

As praças representam a história social das cidades e são imagem do modo como seus habitantes e o governo municipal lidam com o espaço público. Embora possuam diferentes usos e formas, seu papel como ponto de referência do meio cidadão é sempre recorrente e sua importância enquanto espaço livre de uso coletivo não se perde no tempo.

Por fim, conclui-se que essa investigação interdisciplinar com o uso de fontes documentais variadas teve como objeto o estudo das praças ao longo da história ocidental e os seus desdobramentos na cidade mineira do interior, Patos de Minas, num período compreendido entre 1960 e 2010. Nesse sentido, foi possível reconhecer a necessidade de estímulos para mais estudos acadêmicos ligados às questões urbanísticas e históricas regionais e locais. Assim, disponibilizam-se subsídios científicos para a ampliação e aprofundamento das leituras das administrações municipais, dos legisladores e, principalmente, do processo de formação dos profissionais de cursos de graduação de áreas afins à história e à arquitetura e urbanismo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Nayara Cristina Rosa. *O sistema de espaços livres na forma urbana de Patos de Minas*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2015.

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade*. 2007. Tese (Doutorado em História). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de pecuários e enxadachins: história de Patos de Minas*. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

*Lei Complementar n. 271, de 1º de novembro de 2006*. Disponível em: <<http://www.patosdeminas.mg.gov.br/planodiretor/Leic271.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2016.

*Lei Federal n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm)>. Acesso em: 5 fev. 2016.

*Lei n. 320, de 31 de Dezembro de 2008*. Disponível em: <<http://www.patosdeminas.mg.gov.br/downloads>> Acesso em: 5 fev. 2016.

MAGRINI, André Velloso. *Análise sobre a dinâmica das cidades médias: Patos de Minas (MG), um olhar*. 2008. Monografia (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2008. Disponível em: <[http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/andre\\_velloso\\_magrini\\_2008%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20cidade%20de%20patos%20mg.pdf](http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/andre_velloso_magrini_2008%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20cidade%20de%20patos%20mg.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MELLO, Antônio de Oliveira. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas, MG: Editora da Academia Patense de Letras, 1971.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Sílvio. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Roberto Carlos dos. *Urbanização, moral e bons costumes: vertigens da modernidade em Patos de Minas (1900-1960)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2002.

TENÓRIO, Gabriela de Souza. Uma “praça” não é uma praça. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano regional*, 2009 Florianópolis. Anais, 2009. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3274/3207>>.  
Acesso em: 5 maio 2015.